DocuSign Envelope ID: CDF42EC9-5CFD-4C8A-A90B-0D66EE974296

BR MOBILIDADE BAIXADA SANTISTA S.A. - SPE

CNPJ nº 21.659.864/0001-90

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Ativo circulante		125.945	107.101
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.881	9.492
Contas a receber	4	131	180
Estoques	5	22.328	26.698
Tributos a recuperar	6	238	448
Partes relacionadas	7	61.294	55.028
Adiantamentos		231	143
Outros créditos	8	37.842	15.112
Ativo não circulante		228.599	207.482
Realizável a longo prazo		63.257	67.718
Contas a receber	4	2.121	2.121
Partes relacionadas	7	60.368	65.393
Depósitos judiciais		287	159
Tributos diferidos	22	481	45
Imobilizado	9	165.341	139.763
Intangível		1	1
Total do ativo		354.544	314.583

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Passivo circulante		128.148	88.382
Empréstimos e financiamentos	10	52.752	47.462
Arrendamentos financeiros	11	22.446	5.645
Fornecedores		7.766	9.123
Obrigações risco sacado	12	22.727	4.507
Obrigações tributárias	14	878	675
Imposto de renda e contribuição social		1.636	–
Parcelamentos fiscais	15	5.594	4.118
Obrigações trabalhistas	16	12.414	10.843
Adiantamentos		50	694
Outras obrigações		49	–
Partes relacionadas	7	1.836	5.315
Passivo não circulante		125.697	122.198
Empréstimos e financiamentos	10	52.189	56.082
Arrendamentos financeiros	11	31.192	23.420
Obrigações com poder concedente	13	22.855	22.855
Obrigações tributárias	14	167	167
Tributos diferidos	22	6.819	8.496
Parcelamentos fiscais	15	11.713	11.178
Passivos contingenciais	17	762	–
Patrimônio líquido		100.699	104.003
Capital social	18.1	79.128	79.128
Reserva de incentivos fiscais	18.2	7.308	6.915
Retenção de lucros	18.3	3.723	9.126
Reserva legal		10.540	8.834
Total do passivo e patrimônio líquido		354.544	314.583

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social subscrito	Reserva de incentivos fiscais	Retenção de lucros	Reserva legal	Resultado do exercício	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020		79.128	6.081	228	7.086	–	92.523
Resultado líquido do exercício		–	–	–	–	34.980	34.980
Reserva legal		–	–	–	1.748	(1.748)	–
Distribuição de lucros - dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	(8.095)	(8.095)
Dividendo adicional - excedente ao mínimo obrigatório		–	–	–	–	(15.405)	(15.405)
Transferência para retenção de lucros -		–	–	8.898	–	(8.898)	–
Subvenções governamentais		–	834	–	–	(834)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	18	79.128	6.915	9.126	8.834	–	104.003
Resultado líquido do exercício		–	–	–	–	34.116	34.116
Reserva legal		–	–	–	1.706	(1.706)	–
Distribuição de lucros - dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	(8.004)	(8.004)
Dividendo adicional - excedente ao mínimo obrigatório		–	–	(5.384)	–	(24.013)	(29.397)
Transferência para retenção de lucros		–	–	(19)	–	–	(19)
Subvenções governamentais		–	393	–	–	(393)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	18	79.128	7.308	3.723	10.540	–	100.699

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Receita líquida	19	295.964	243.065
Custos	20	(209.089)	(164.303)
Lucro bruto		86.875	78.762
Receitas (despesas) operacionais	20	(38.756)	(24.025)
Despesas comerciais		(2.332)	(1.290)
Despesas gerais e administrativas		(42.100)	(27.825)
Outras receitas operacionais		5.676	5.090
Resultado na alienação do imobilizado		12.951	4.160
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		61.070	58.897
Resultado financeiro	21	(13.663)	(9.293)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		47.407	49.604
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	(15.404)	(17.979)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	2.113	3.355
Resultado líquido do exercício		34.116	34.980
Número de ações		79.127.784	79.127.784
Resultado líquido básico e diluído por ação (em reais)		0,43	0,44

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido do exercício	34.116	34.980
Total dos resultados abrangentes do exercício	34.116	34.980

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	47.407	49.604
Ajuste para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação	16.576	13.565
Amortização	–	115
Baixas de imobilizado e intangível	15.330	19.502
Provisão (Reversão) de contingências	762	(225)
Juros e variações monetárias s/ endividamento	18.989	8.039
Resultado ajustado	99.064	90.600
Variações no ativo	(32.065)	(33.649)
Estoques	4.390	(23.411)
Contas a receber	49	(163)
Tributos a recuperar	(13.558)	568
Depósitos	(128)	(35)
Adiantamentos	(88)	(143)
Outros créditos	(22.730)	(10.465)
		–
Variações no passivo	20.014	15.665
Fornecedores	(1.396)	(9.935)
Obrigações risco sacado	18.220	4.507
Obrigações com poder concedente	–	22.855
Obrigações trabalhistas	1.571	(3.051)
Obrigações tributárias	203	248
Parcelamentos fiscais	2.011	970
Adiantamentos	(644)	72
Outras obrigações	49	(1)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	87.013	72.616
Juros pagos	(16.867)	(5.753)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	(18.275)
Caixa líquido pelas atividades operacionais	70.146	48.588
Atividades de investimentos		
Transações com partes relacionadas	(1.241)	(31.191)
Aquisição de imobilizado	(57.484)	(7.073)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(58.725)	(38.264)
Atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(26.077)	(29.804)
Captação de empréstimos e financiamentos	29.046	69.901
Amortização de arrendamentos	(12.127)	(75.703)
Captação/Baixas de arrendamentos	33.006	32.495
Transações com partes relacionadas	(3.479)	(16.780)
Pagamento de dividendos	(37.401)	(23.500)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(17.032)	(43.391)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(5.611)	(33.067)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	9.492	42.559
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	3.881	9.492
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(5.611)	(33.067)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Receitas	325.303	259.766
Receita dos serviços prestados	312.606	255.606
Outras receitas	12.697	4.160
Insumos adquiridos de terceiros	(131.609)	(94.221)
Custo dos serviços prestados	(97.381)	(73.286)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(34.228)	(20.935)
Valor adicionado bruto	193.694	165.545
Depreciação e amortização	(16.576)	(13.680)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	177.118	151.865
Valor adicionado recebido em transferência	14.727	8.223
Receitas financeiras	8.904	2.980
Outras	5.823	5.243
Valor adicionado total a distribuir	191.845	160.088
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal	97.634	81.502
Remuneração direta	69.762	57.591
Benefícios	22.893	19.367
F.G.T.S.	4.979	4.544
Impostos, taxas e contribuições	37.368	33.176
Federais	26.269	25.150
Estaduais	10.487	7.419
Municipais	612	607
Remuneração de capitais de terceiros	22.727	10.430
Juros	18.376	8.490
Aluguéis	160	115
Outras remunerações de capitais de terceiros	4.191	1.825
Remuneração de capitais próprios	34.116	34.980
Resultado líquido do exercício	34.116	34.980
	191.845	160.088

EBITDA E DÍVIDA LÍQUIDA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	47.407	49.604
Resultado financeiro	(13.663)	(9.293)
EBIT	61.070	58.897
Depreciação/amortização	(16.576)	(13.680)
EBITDA	77.646	72.577
Caixa e equivalentes de caixa	3.881	9.492
Empréstimos e financiamentos - circulante	(52.752)	(47.462)
Empréstimos e financiamentos - não circulante	(52.189)	(56.082)
Arrendamentos financeiros - circulante	(22.446)	(5.645)
Arrendamentos financeiros - não circulante	(31.192)	(23.420)
DIVIDA LÍQUIDA	(154.698)	(123.117)
EBITDA (últimos 12 meses)	77.646	72.577
Total da dívida líquida sobre EBITDA (i)	1,99	1,70

(i) Cálculo efetuado com o EBITDA dos últimos doze meses

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: i) Contexto operacional: A BR Mobilidade Baixada Santista S/A - SPE, ("Companhia") é uma sociedade anônima, do Grupo Comporte, com sede social localizada na Avenida Francisco Manoel, 1.050 - Jabaquara, Santos, no Estado de São Paulo. Fundada em 19 de dezembro de 2014, tem como atividade principal o transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana, compreendendo a prestação dos serviços públicos de transporte urbano coletivo intermunicipal, por ônibus, Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e demais veículos de baixa e média capacidade, previsto na legislação em vigor. A Companhia opera na Baixada Santista no estado de São Paulo, atendendo a oito cidades com propósito de aproximar pessoas, unindo relacionamento e qualidade. **ii) Contratos de Concessão:** A Companhia detém desde janeiro de 2016, da Concessão Patrocinada do Sistema Integrado Metropolitano da Região Metropolitana da Baixada Santista (SIM RMBS) compreendendo a prestação dos serviços públicos de transporte urbano coletivo intermunicipal, por ônibus, VLT e demais veículos de baixa e média capacidade. O prazo para exploração do contrato de concessão é de 20 anos. **2. Apresentação das demonstrações financeiras principais práticas contábeis adotadas:** A aprovação e autorização para a publicação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho da Administração realizada no dia 06 de março de 2023. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro da *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), elaborada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas. As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração. Contudo, a fim de complementar as demonstrações financeiras, a demonstração do valor adicionado está apresentada, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.2. Ajustes efetuados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021:** A Administração da Companhia procedeu a reapresentação das informações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, fluxo de caixa e valor adicionado) em decorrência da necessidade de reconhecimento de determinados ajustes contábeis identificados em 31 de dezembro de 2022 relacionados aos saldos de estoques no montante de R$ 22.705 e saldos de obrigações com risco sacado no montante de R$ 4.507. Conforme contrato de concessão, a Companhia recebeu do Poder Concedente estoque de peças referente a operação do VLT, o qual não foi registrado no início do contrato de concessão. A Companhia possui parcerias com instituições financeiras para antecipação de pagamentos referente a aquisição do produto diesel com o fornecedor Vibra Energia S.A (Petrobras), onde os bancos pagam os valores para o fornecedor, e a Companhia paga os bancos após 120 (cento e vinte) dias. Essas operações são conhecidas como "risco sacado", a qual não era mensurada e apresentada nas demonstrações financeiras como obrigação de risco sacado e, consequentemente, seus respectivos reflexos. As citadas reapresentações estão sendo efetuadas como previsto pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas financeiras, mudança de estimativa e retificação de erro (IAS 8) e CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações financeiras (IAS 1), conforme requerido pelas práticas financeiras adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro. A seguir demonstramos os valores reapresentados com as respectivas notas explicativas:

	31/12/2021	Ajustes	31/12/2021 (Reapresentado)
Ativo	291.748	22.835	314.583
Circulante	84.266	22.835	107.101
Estoques **(a) / (b)**	3.863	22.835	26.698
Passivo	187.764	(39)	210.580
Circulante	88.421	(39)	88.382
Fornecedores	13.669	(4.546)	9.123
Obrigações risco sacado **(b)**	–	4.507	4.507
Não circulante	99.343	22.855	122.198
Obrigações com poder concedente **(a)**	–	22.855	22.855
Patrimônio líquido	103.984	19	104.003
Demonstração do Resultado			
Custos **(c)**	(165.282)	979	(164.303)
Resultado financeiro	(8.333)	(960)	(9.293)
Receita financeira **(b)**	2.961	19	2.980
Despesas financeiras **(c)**	(11.294)	(979)	(12.273)
Resultado líquido do exercício	34.961	19	34.980

(a) Peças e acessórios fornecidos em consignação pelo Poder Concedente no montante de R$ 22.855, para utilização da operação e que deverá ser ressarcido pela Companhia no final do Contrato de Concessão; **(b)** Abertura das apresentações referente as operações de risco sacado e reconhecimento do ajuste a valor presente; **(c)** Reclassificação dos juros das operações de risco sacado do custo dos serviços prestados para despesa financeira.

Demonstração do Fluxo de Caixa

	31/12/2021	Ajustes	31/12/2021 (Reapresentado)
Atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	49.585	19	49.604
Resultado ajustado	90.581	19	90.600
Variações no ativo	(10.814)	(22.835)	(33.649)
Estoques	(576)	(22.835)	(23.411)
	–		–
Variações no passivo	(7.151)	22.816	15.665
Fornecedores	(5.389)	(4.546)	(9.935)
Obrigações risco sacado	–	4.507	4.507
Obrigações com poder concedente	–	22.855	22.855
Caixa gerado pelas atividades operacionais	72.616	–	72.616

Demonstração do valor adicionado

	31/12/2021	Ajustes	31/12/2021 (Reapresentado)
Insumos adquiridos de terceiros	(93.242)	(979)	(94.221)
Custo dos serviços prestados	(72.307)	(979)	(73.286)
Valor adicionado bruto	166.524	(979)	165.545
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	152.844	(979)	151.865
Valor adicionado recebido em transferência	8.204	19	8.223
Receitas financeiras	2.961	19	2.980
Valor adicionado total a distribuir	161.048	(960)	160.088
Remuneração de capitais de terceiros	11.409	(979)	10.430
Juros	9.469	(979)	8.490
Remuneração de capitais próprios	34.961	19	34.980
Resultado líquido do exercício	34.961	19	34.980
Total	161.048	(960)	160.088

2.3. Estimativas e premissas contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversos métodos de avaliação que utilizam estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação dessas demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para as demandas judiciais e administrativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, anualmente. **a) Reconhecimento de receitas:** A receita bruta de serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades. **Receita de Prestação de Serviços -** As receitas correspondentes ao transporte urbano de passageiros são reconhecidas levando em consideração as obrigações com o poder concedente, podendo ser mensuradas nas demonstrações financeiras mediante contraprestação de passageiros transportados ou venda de passagens. **Receita de alienação de bens utilizados na prestação de serviços -** A receita correspondente à venda de imobilizado é reconhecida no instante em que os riscos e benefícios econômicos mais significativos inerentes à propriedade dos bens são transferidos ao comprador. **Outras Receitas -** A receita proveniente de contraprestação, recebida do órgão concedente, referente ao transporte de passageiros VLT é reconhecida de acordo com cálculo de reajuste mensal estipulado no contrato de concessão e reajustado pelo Índice de Preço ao Consumido (IPC), a título de remuneração variável pelos serviços prestados. Este cálculo é feito com base no período em que os serviços são executados. São apresentadas pelo valor bruto e subsequentemente, deduzidas dos tributos incidentes sobre os serviços, abatimentos, descontos comerciais e taxas. **Receita de juros -** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atenderem a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. Entretanto, saldos bancários a descoberto, decorrentes de empréstimos obtidos por meio de instrumentos como contas correntes garantidas que são liquidados em curto lapso temporal compõem parte integral da gestão de caixa da Companhia. Nessas circunstâncias, saldos bancários a descoberto são classificados no passivo circulante e incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, na Demonstração dos Fluxos de Caixa, em cumprimento as especificações do Pronunciamento CPC-03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **c) Contas a receber e provisão para estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa:** O transporte de passageiros é uma atividade que gera baixos níveis de recebíveis a prazo, pois os serviços são recebidos, substancialmente, à vista. Dessa maneira, os passivos circulantes estão provisionados em sua totalidade para o exercício, enquanto os equivalentes de caixa são advindos de atividades futuras. As contas a receber estão registradas pelos valores efetivamente faturados, líquidas da provisão para estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa, que corresponde à estimativa contábil de créditos dos clientes que possuem risco considerável de não serem quitados. A estimativa da Companhia considera os títulos vencidos a mais de 180 dias. **d) Estoques:** São representados pelos materiais para consumo e manutenção mantidos em estoque para garantir a disponibilidade de imediata do consumo e reduzir o custo da operação. Em sua maioria, referem-se a peças de reposição, materiais de carrocerias e combustíveis utilizados para prestação de serviços e na manutenção preventiva dos veículos operacionais. São apresentados pelo método de custo médio unitário (Média Ponderada Móvel - MPM), ajustados por provisões quando necessário para refletir o valor da realização. Os materiais obsoletos são representados por itens sem giro a mais de 180 dias, exceto itens de baixo giro. A provisão de obsolescência é devidamente registrada nas demonstrações financeiras com base neste critério não havendo movimentação física dos estoques. A baixa destes itens somente ocorrerá quando os mesmos forem considerados como sucata. **e) Imobilizado:** Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição ou formação, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável. A depreciação é iniciada quando os bens estão disponíveis para uso, sendo calculada e reconhecida na demonstração do resultado pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos bens que varia entre 5 e 8 anos. Os principais fatores considerados na definição da vida útil dos bens que compõem a frota da Companhia são as informações dos fabricantes, o nível de operação dos veículos, a qualidade da manutenção preventiva e corretiva e as perspectivas de desatualização tecnológica dos bens. As taxas médias de depreciação ano, que levam em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, são apresentadas conforme a seguir:

	Vida útil % ao ano 2022	2021
Veículos de passageiros	7%	7%
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10%	10%
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%	10%
Equipamentos de processamento de dados	20%	20%
Veículos de apoio	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%
Equipamentos de comunicação	10%	10%

Um item de imobilizado é baixado ou transferido para ativos disponíveis para venda, quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. Eventual ganho ou perda resultante da transferência de titularidade do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor líquido contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado na rubrica "Resultado na alienação de imobilizado", no exercício que o ativo ocorrer a baixa. A Companhia mantém em seu ativo imobilizado a frota de veículos de passageiros com vida útil estimada de 5 a 8 anos. O valor residual de recuperação com a venda e o valor depreciável, são estimados por tipo de veículo e histórico de renovação de frota, conforme avaliação interna da Companhia segue os percentuais a seguir:

	Valor residual	Valor depreciável
Veículos de passageiros		
Ônibus urbanos	45%	55%

Revisão da estimativa da vida útil dos ativos imobilizados: Em 2022, os avaliadores internos emitiram um laudo de avaliação, analisando a frota atual e o tempo médio de renovação. Através desta revisão das estimativas de vida útil e valor residual da frota não revelou necessidade de alterações. **Revisão do valor recuperável dos ativos:** O valor residual do ativo imobilizado é analisado anualmente para verificar possível perda no seu valor recuperável. Com exceção da frota de veículos, não são atribuídos valores residuais aos demais itens integrantes do ativo imobilizado, uma vez que, quando realizados por venda, possuem valores residuais irrelevantes. Durante os exercícios de 2022 e de 2021, a Administração da Companhia não constatou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável (*"impairment"*) dos ativos imobilizados é necessária. **Direito de uso de ativos e arrendamento mercantil:** A Companhia avalia se um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia arrenda imóveis e guichês. Tais arrendamentos são negociados individualmente e contém diversos termos e condições. Como arrendatária, a Companhia, ao determinar o prazo executável do arredamento, considera todos os fatos e circunstâncias que criam incentivo econômico para exercer a opção de extensão, ou criam desincentivos econômicos para não exercer a opção de término antecipado. **f) Intangível:** Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. **i) Direitos de concessão:** A Companhia opera serviços de transporte coletivo de passageiros por meio de contratos de concessão, firmados com os poderes concedentes. A infraestrutura utilizada pela Companhia relacionada aos contratos de concessão de serviços é considerada controlada pelo poder concedente quando: • O poder concedente controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço; e • O poder concedente controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão. Os direitos Companhia sobre a infraestrutura operada em conformidade com os contratos de concessão são contabilizados como intangível, uma vez que elas têm o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (passageiros) têm a responsabilidade principal de pagar pelos serviços. Ativos intangíveis de infraestrutura são amortizados pelo método linear de acordo com o prazo do contrato de concessão na rubrica de custos com amortização na demonstração do resultado. **ii) Softwares:** Os softwares são classificados como intangíveis com vida útil definida, ou seja, são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização são revisados ao final de cada exercício social e as mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa, consistente com a utilização do ativo intangível à taxa de 20% ao ano. **g) Tributação:** Impostos sobre vendas - Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis, hipótese em que os mesmos são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **Empresas tributadas com base no Lucro Real: Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes e diferidos -** O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 por ano para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, limitada a 30% do lucro real. A despesa do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de Ajustes de avaliação patrimonial. **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente -** ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável de IR e base negativa de CSLL, respectivamente do exercício, a taxas de impostos decretadas na data da apresentação das demonstrações financeiras. **Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) -** Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável a existência de lucro tributável futuro contra o qual possa ser utilizado, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial do ativo ou passivo na transação que: • Não é uma combinação de negócios; e • No momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Os créditos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros da Companhia, observadas as limitações legais. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto: • Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro/prejuízo fiscal; • Impostos diferidos (IR e CSLL) estão reconhecidos no passivo circulante para as diferenças temporárias de curto prazo e não circulante para as diferenças em que há segregação de curto e longo prazo. São mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o passivo será liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço; • Impostos diferidos (IR e CSLL) relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em conta de ajuste de avaliação patrimonial também são registrados no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. **Tributação sobre as receitas:** As receitas de prestação de serviços estão sujeitas ao INSS, pela alíquota básica:

	Alíquotas
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - transporte de passageiros	2%

Em 2015, o Decreto nº 8.426 de 1º de abril restabeleceu a incidência de PIS e Cofins sobre as receitas financeiras, nas seguintes alíquotas:

PIS - Programa de integração social	0,65%
Cofins - Contribuição para seguridade social s/ Receitas Financeiras	4,00%

h) Provisões para contingências: A provisão para contingência é uma obrigação presente registrada no balanço contábil decorrente de evento passado, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos, porém há incertezas quanto ao valor ou a data de liquidação. Na Companhia temos provisões de contingências que são classificadas no passivo não circulante, com as seguintes classificações: • Provisão de Processos Cíveis: Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, inclusive morais; • Provisão de Processos Trabalhistas: Referem-se a diversas demandas trabalhistas movidas por ex-colaboradores e terceiros; A Companhia reconhece uma provisão, utilizamos os seguintes critérios: • Há obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; • É provável que tenha uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e • Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Atendendo aos critérios acima, contabilizamos os casos definidos como prováveis, diante das faixas de risco. Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. No exercício de 2022, a Companhia não possui ativos contingentes. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados (Nota Explicativa nº 17), e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Para a mensuração da provisão, o valor reconhecido deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Essas estimativas são definidas pelos assessores jurídicos, baseando-se na experiência de atuação da sua área e históricos de outros processos. **i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **j) Empréstimos e Financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros. **k) Instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Com exceção do grupo de contas a receber, que terá seu reconhecimento inicial de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, mais ou menos, no vaso de ativos financeiros ou passivos financeiros que não seja ao valor justo por meio de resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar e fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros. Mensuração subsequente - A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. **Um ativo financeiro é baixado quando: i)** Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirar; e **ii)** A Companhia transferir os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro ou reter os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas assumir a obrigação contratual de pagar os fluxos de caixa a um ou mais recebedores. **Um passivo financeiro é baixado quando: i)** Ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada; **ii)** Um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes; e **iii)** Ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo financeiro original e reconhecimento de um novo passivo financeiro, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis do passivo financeiro extinto ou transferido à outras partes, será reconhecida na demonstração do resultado. **l) Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto foi preparada e está apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados. **m) Resultado por ação: Básico e diluído:** O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais conforme consta na Demonstração do Resultado do Exercício. **n) Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados:** As seguintes normas novas e alteradas para entrada em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023: • IFRS 17 (CPC 50): Contratos de Seguros; • Alterações no IAS 1 (CPC 26): Classificação de passivos como circulante e não circulante; • Alterações ao IAS 8 (CPC 23): Definição de estimativas contábeis; e • Alterações ao IAS 1 (CPC 26) e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas normas para as demonstrações financeiras da Companhia serão avaliados. Não há outro CPC/IFRS que ainda não entrou em vigor que poderia ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa:	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	118	3.877
Aplicações financeiras	3.763	5.615
Totais	3.881	9.492

(a) Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, são representadas por títulos privados - Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e remuneradas por taxas pós-fixadas que variam em média 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O Invest. Plus remunera a uma taxa de 20% do CDI.

4. Contas a receber:	31/12/2022	31/12/2021
Outras contas a receber	131	180
Vale transporte	2	2
Órgãos públicos **(a)**	2.121	2.121
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	(2)	(2)
Total	2.252	2.301
Circulante	131	180
Não circulante	2.121	2.121
Total	2.252	2.301

(a) O saldo corresponde a processos administrativos ligados ao Poder Concedente. A seguir apresentamos o *aging list* do contas a receber, conforme saldo apresentado acima:

	31/12/2022	31/12/2021
Total a vencer	21	173
Vencidos		
Em até 1 mês	57	7
De 1 a 6 meses	53	–
Acima de 2 anos **(a)**	2.123	2.123
Total	2.254	2.303
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(2)	(2)
Total líquido da PCLD	2.252	2.301

(a) Conforme indicado acima, trata-se de processos administrativos ligados ao poder concedente. **5. Estoques:** O saldo deste grupo está composto por itens mantidos nas garagens para o abastecimento e manutenção preventiva e corretiva da frota.

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Combustíveis	467	476
Lubrificantes	357	229
Materiais de Carrocerias	941	542
Outros Materiais de Almoxarifado	190	158
Peças e acessórios **(a)**	20.495	24.835
Pneus e Câmaras	58	593
(-) Provisão para obsolescência de estoque **(b)**	(121)	(115)
(-) Ajuste a valor presente de estoque	(59)	(20)
Total	22.328	26.698

(a) O saldo reflete a peças e acessórios recebidos pela BR Mobilidade Baixada Santista S.A. - SPE em consignação do Poder Concedente para a utilização na operação, as quais deverão ser ressarcidas no final do contrato de concessão. **(b)** A provisão de perdas é constituída a partir de itens sem movimentação em período superior a 180 dias.

6. Tributos a recuperar:	31/12/2022	31/12/2021
CSLL saldo negativo **(a)**	–	87
CSLL sobre serviço prestado	2	2
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	1	2
INSS sobre serviço prestado	15	–
IRPJ saldo negativo **(a)**	–	238
IRRF sobre aplicações	216	114
IRRF sobre serviço prestado	4	5
Total circulante	238	448

(a) A variação corresponde a utilização em 2022 dos saldos por meio de DCOMP para compensação de pagamentos de INSS sobre faturamento. **7. Partes relacionadas:** No quadro a seguir, estão demonstrados os relacionamentos que a Companhia mantém saldo nas rubricas de partes relacionadas do balanço, o relacionamento será diferente, apenas quando existir referência que o classifique de outra forma.

Razão social	Razão social abreviada	Relacionamento
BR Vias Holding VRD	BR Vias	Ligada
Comporte Participações S.A.	Comporte	Controladora Direta
Mobitrans Administração e Participações S.A.	Mobitrans	Ligada
Patrimony Administradora de Bens S/A	Patrimony	Ligada
Super Quadra Empreendimentos Imobiliários S/A	Super Quadra	Ligada
Viação Piracicabana S.A.	Piracicabana	Controladora Direta

7.1. Resumo do saldo e das transações entre partes relacionadas:

Natureza da principal operação	Ativo 31/12/2022	Ativo 31/12/2021	Passivo 31/12/2022	Passivo 31/12/2021
Aluguel	–	–	614	347
Cessão **(a)**	27.873	24.713	–	–
Debêntures **(b)**	33.552	29.749	–	–
Dividendos	–	–	–	4.293
Mútuos **(c)**	59.755	65.393	–	–
Outros créditos/obrigações	482	566	1.222	675
Total	121.662	120.421	1.836	5.315
Circulante	61.294	55.028	1.836	5.315
Não circulante	60.368	65.393	–	–
Total	121.662	120.421	1.836	5.315

(a) Cessão de direitos creditórios para a Companhia cedidos pela Comporte Participações S/A referente a segunda emissão de debêntures da BRVias Holding VRD S/A. **(b)** Refere-se a segunda emissão de debêntures da BRVias Holding VRD S/A. **(c)** A Companhia mantém operações de mútuos sem prazo de vencimento e sem incidência de juros. **7.1.1. Resumo dos saldos das transações da Companhia:**

Ativo	Debêntures 31/12/2022	Debêntures 31/12/2021	Mútuos 31/12/2022	Mútuos 31/12/2021	Cessão 31/12/2022	Cessão 31/12/2021	Outras contas a receber 31/12/2022	Outras contas a receber 31/12/2021
BR Vias	33.552	29.749	–	–	–	–	–	–
Comporte	–	–	24.405	25.165	27.873	24.713	–	–
Expresso União	–	–	–	4.318	–	–	–	–
Patrimony	–	–	–	–	–	–	–	2
Piracicabana	–	–	–	–	–	–	482	564
Princesa	–	–	–	560	–	–	–	–
Super Quadra	–	–	35.350	35.350	–	–	–	–
Total	33.552	29.749	59.755	65.393	27.873	24.713	482	566
Circulante	33.217	29.749	–	–	27.595	24.713	482	566
Não circulante	335	–	59.755	65.393	278	–	–	–
Total	33.552	29.749	59.755	65.393	27.873	24.713	482	566

Passivo	Aluguel 31/12/2022	Aluguel 31/12/2021	Dividendos 31/12/2021	Outras contas a pagar 31/12/2022	Outras contas a pagar 31/12/2021
Comporte	–	–	–	219	96
Glarus	–	–	–	–	1
Mobitrans	–	–	–	294	182
Patrimony	614	347	–	–	–
Piracicabana	–	–	4.293	709	396
Total	614	347	4.293	1.222	675

continua

DocuSigned by:
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 19/04/2023 20:48:14 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

DocuSign Envelope ID: CDF42EC9-5CFD-4C8A-A90B-0D66EE974296

BR MOBILIDADE BAIXADA SANTISTA

➡ continuação

BR MOBILIDADE BAIXADA SANTISTA S.A. - SPE

CNPJ nº 21.659.864/0001-90

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Debêntures: BR Vias: A Companhia subscreveu debêntures simples, não conversíveis em ações e emitidas pela empresa BR Vias Holding VRD, conforme detalhado a seguir:

Descrição	**2ª Emissão**
Companhia	BR Mobilidade
Série	Única
Valor da emissão	110.000.000,00
Quantidade de emissão	110.000

	2ª Emissão
Valor unitário	1.000,00
Data da emissão	31/08/2018
Data de vencimento	15/04/2036
Amortização das parcelas	Semestral
Espécie	Quirografária
Taxa de juros a.a. %	103% DI

A seguir, demonstramos o reflexo no resultado do exercício proveniente das operações com partes relacionadas:

		Custos		**Despesas administrativas**		**Resultado financeiro**	
	Tipo de operação	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
BR Vias	Juros	–	–	–	–	3.804	1.294
Comporte	Serviços administrativos/Juros	–	–	(527)	(605)	3.162	908
Glarus	Serviços administrativos	–	–	(1)	(12)	–	–
Mobitrans	Serviços de consultoria	–	–	(3.202)	–	–	–
Patrimony	Aluguel de imóvel	(7.012)	(4.162)	–	–	–	–
Piracicabana	Serviços administrativos	–	–	(3.350)	(3.418)	–	–
Total		**(7.012)**	**(4.162)**	**(7.080)**	**(4.035)**	**6.966**	**2.202**

8. Outros créditos:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Adiantamentos a funcionários	657	503
Alienação de Bens **(a)**	16.848	14.270
Milhas Smiles **(b)**	20.000	–
Seguros	311	327
Outras Contas a Receber	26	12
Total circulante	**37.842**	**15.112**

(a) Valores a receber junto a terceiros decorrentes da venda de veículos; **(b)** A Companhia celebrou em 27/12/2022 a compra à vista de milhas smiles da Gol Linhas Aéreas S.A., adquirindo o montante de R$ 20.000.000,00 em milhas.

9. Imobilizado:

			31/12/2021			**Baixa de**				**31/12/2022**
Imobilizado de uso	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo inicial líquido**	**Adições de bens**	**Depreciação**	**Ativos e outros**	**Transferências**	**Saldo final líquido**	**Custo**	**Depreciação acumulada**
Veículos de passageiros - Próprios	130.389	(18.914)	**111.475**	36.197	(9.444)	(15.329)	16.673	**139.572**	159.220	(19.648)
Edificações e melhoramentos - Direito de uso	11.293	(11.245)	**48**	19.004	(6.229)	(1)	–	**12.822**	19.082	(6.260)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	4.764	(403)	**4.361**	1.667	(223)	–	305	**6.110**	6.736	(626)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	7.170	(872)	**6.298**	384	(527)	–	14	**6.169**	7.568	(1.399)
Obras em andamento	305	–	**305**	15	–	–	(305)	**15**	15	–
Equipamentos de processamento de dados	321	(174)	**147**	107	(64)	–	–	**190**	428	(238)
Veículos de apoio	210	(116)	**94**	65	(40)	–	–	**119**	275	(156)
Móveis e utensílios	430	(115)	**315**	39	(45)	–	–	**309**	469	(160)
Equipamentos de comunicação	41	(8)	**33**	6	(4)	–	–	**35**	47	(12)
Veículos em fase de montagem	16.687	–	**16.687**	–	–	–	(16.687)	**–**	–	–
Total	**171.610**	**(31.847)**	**139.763**	**57.484**	**(16.576)**	**(15.330)**	**–**	**165.341**	**193.840**	**(28.499)**

Garantias: Os veículos de passageiros próprios possuem parcialmente garantias e está composto pelo montante de R$ 125.481. No momento de sua aquisição os mesmos são alienados fiduciariamente aos contratos de empréstimos e financiamentos. **10. Empréstimos e financiamentos:** O saldo é representado substancialmente por contratos na modalidade Finame firmados pela Companhia para renovação das frotas. Para aprovação e obtenção destes financiamentos, são necessários pagamentos parciais como entrada para aquisição dos bens. Eventualmente, a Companhia efetua contratos de capital de giro para suprir tais necessidades.

	Modalidade	**Taxa média de juros efetiva (a.a.)**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Empréstimos - capital de giro			**31.219**	**30.646**
Banco do Brasil	Pós Fixado	CDI + 2,84% a.a. (CET 17,67% a.a.)	20.490	20.171
Banco Santander	Pós Fixado	CDI + 4,25% a.a. (CET 20,65% a.a.)	10.729	10.475
Financiamentos			**73.722**	**72.898**
Banco Santander	Pós Fixado	TLP + 7,46% a.a. (CET 22,08% a.a.)	3.745	3.940
Banco Mercedes Benz do Brasil	Pré e Pós	CET 11,85% a.a.	69.977	68.958
Total			**104.941**	**103.544**
Circulante			52.752	47.462
Não Circulante			52.189	56.082
Total			**104.941**	**103.544**

Os contratos das modalidades de empréstimos e financiamentos possuem garantias conforme mencionados a seguir:

Modalidade	**Garantias**
Empréstimos - Capital de giro	Sócios como garantidores
Financiamentos	Alienação fiduciária dos bens financiados

10.1. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	31/12/2021	**Captação**	**Amortização**	**Pagamento de juros**	**Apropriação de juros**	**Variação monetária**	**31/12/2022**
Empréstimos - capital de giro	**30.646**	**10.000**	**(10.000)**	**(4.439)**	**5.012**	**–**	**31.219**
Banco do Brasil	20.171	–	–	(2.931)	3.250	–	20.490
Banco Santander	10.475	10.000	(10.000)	(1.508)	1.762	–	10.729
Financiamentos	**72.898**	**19.046**	**(16.077)**	**(8.461)**	**6.266**	**50**	**73.722**
Banco Santander	3.940	–	(61)	(781)	647	–	3.745
Banco Mercedes Benz do Brasil	68.958	19.046	(16.016)	(7.680)	5.619	50	69.977
Total	**103.544**	**29.046**	**(26.077)**	**(12.900)**	**11.278**	**50**	**104.941**

A seguir apresentamos a composição do saldo de empréstimos e financiamentos por vencimento (*aging list*):

	2023	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**Total**
Capital de giro	30.972	247	–	–	–	**31.219**
Financiamentos	21.780	22.058	16.861	9.788	3.235	**73.722**
Total	**52.752**	**22.305**	**16.861**	**9.788**	**3.235**	**104.941**

Cláusula restritivas: Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas as quais foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2022.

11. Arrendamentos financeiros e direitos de uso de ativo:	**Indexador**	**Taxa média de juros efetiva (a.a.)**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Arrendamento Mercantil			**40.142**	**29.014**
Banco Safra	Pós Fixado	CDI+4,72% - (CET 20,06% a.a.)	40.142	29.014
Arrendamento - Direito de uso			**13.496**	**51**
Arrendamento a pagar		12,03% a.a.	15.187	55
Juros a apropriar			(1.691)	(4)
Total			**53.638**	**29.065**
Circulante			22.446	5.645
Não circulante			31.192	23.420
Total			**53.638**	**29.065**

Os arrendamentos mercantis financeiros referem-se às aquisições de veículos de apoio. Os arrendamentos classificados neste grupo têm características de financiamentos, onde a Companhia assume os riscos dos bens adquiridos e a opção de compra está intrínseco em suas parcelas. Os direitos de uso de ativos referem-se aos contratos de aluguéis de imóveis. **11.1. Movimentação dos arrendamentos financeiros:**

	31/12/2021	**Captação**	**Amortização**	**Pagamento de juros**	**Apropriação de juros**	**Variação monetária**	**31/12/2022**
Arrendamento Mercantil	**29.014**	**14.004**	**(6.570)**	**(2.165)**	**3.219**	**2.640**	**40.142**
Banco Safra	29.014	14.004	(6.570)	(2.165)	3.219	2.640	40.142
Arrendamento - Direito de uso	**51**	**19.002**	**(5.557)**	**(1.802)**	**1.802**	**–**	**13.496**
Arrendamento a pagar	55	22.491	(5.557)	(1.802)	–	–	15.187
Juros a apropriar	(4)	(3.489)	–	–	1.802	–	(1.691)
Total	**29.065**	**33.006**	**(12.127)**	**(3.967)**	**5.021**	**2.640**	**53.638**

A seguir apresentamos a composição do saldo de arrendamentos financeiros por vencimento (*aging list*):

	2023	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**Total**
Arrendamentos financeiros	16.133	9.247	7.022	6.386	1.354	**40.142**
Arrendamentos - Direito de uso	6.313	7.024	103	56	–	**13.496**
Total	**22.446**	**16.271**	**7.125**	**6.442**	**1.354**	**53.638**

11.2. Direito de uso e arrendamentos: A Companhia avaliou e identificou contratos com componentes de arrendamento, que está dentro do escopo de aplicação do CPC 06 (R2). O reconhecimento inicial considerou um fluxo financeiro de todos os contratos de: Finame, Leasing, CDC e Capital de Giros da Companhia e através deste montante resultou na Taxa Interna de Retorno (TIR). A revisão da taxa é realizada anualmente pela análise do fluxo financeiro de todos os contratos de financiamento. Os contratos de arrendamento referem-se a aluguéis de imóveis. Os efeitos inflacionários no exercício de 2022 de comparação com o fluxo real, foram projetados utilizando o IPCA (Índice nacional de preços ao consumidor amplo) de 5,79% a.a. para o exercício de 2022 divulgado pelo IBGE, e representam os seguintes montantes:

	Arrendamentos - Direito de uso
	31/12/2022
Fluxo Real	
Arrendamentos - Direito de Uso	15.187
(-) Juros a Apropriar	(1.691)
Fluxo Inflacionário	
Arrendamentos - Direito de Uso	16.066
(-) Juros a Apropriar	(1.789)

12. Obrigações de risco sacado: A Companhia possui parcerias com instituições financeiras (Safra e Santander) para antecipação de pagamentos referentes à aquisição de produtos com o fornecedor Vibra Energia S.A (Petrobras). Nestas operações, denominadas de risco sacado, o banco paga os valores devidos pela Companhia a Vibra e, posteriormente, dentro do prazo de 120 dias, o banco recebe da Companhia.

		(Reapresentado)
	31/12/2022	**31/12/2021**
Obrigações de risco sacado	23.410	4.546
(-) Ajuste a valor presente	(683)	(39)
Total	**22.727**	**4.507**

13. Obrigações com poder concedente: O saldo R$ 22.855, em 31 de dezembro de 2022 e dezembro de 2021, trata-se de estoque de peças referente a operação do VLT, conforme contrato de concessão (Nota Explicativa nº 5)

14. Obrigações tributárias	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Cofins a recolher	69	54
INSS sobre contribuições previdenciárias **(a)**	166	166
ICMS	17	19
INSS	4	7
IRRF	556	374
ISS retido de terceiros a recolher	–	12
Impostos retidos (Pis/Cofins/CSLL e ISS)	220	190
PIS a recolher	13	11
Outros	–	9
Total	**1.045**	**842**
Circulante	878	675
Não circulante	167	167
Total	**1.045**	**842**

(a) Em 2016, a Companhia iniciou as compensações do INSS devido com créditos decorrentes da indevida incidência da contribuição previdenciária sobre valores e rubricas que não correspondem ao conceito de salário-de-contribuição, tais como: descontos de coparticipação de benefícios e os 15 (quinze) primeiros dias de afastamento do empregado, por doença ou acidente, assim como no que tange ao adicional de 1/3 (um terço) sobre as férias. Considerando que todas as tomadas de créditos ainda não foram homologadas, a título de garantir o postulado da prudência, adotamos o registro dos passivos referentes a esta obrigação até que a devida compensação tenha seu processo de análise finalizado pela Secretaria da Receita Federal. **15. Parcelamentos fiscais:** A Companhia aderiu aos parcelamentos dos impostos (ICMS, PIS, Cofins, IRFF, INSS, CPRB, IRPJ e CSLL) disponibilizados pelo governo.

	31/12/2022	**31/12/2021**
Refinanciamentos fiscais	17.307	15.296
Total	**17.307**	**15.296**
Circulante	5.594	4.118
Não circulante	11.713	11.178
Total	**17.307**	**15.296**

Aging list

	2023	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**Total**
Parcelamentos fiscais	5.594	5.558	4.351	1.031	773	17.307
Total	**5.594**	**5.558**	**4.351**	**1.031**	**773**	**17.307**

16. Obrigações trabalhistas	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Férias e 13º salário	7.919	7.029
FGTS a recolher	622	515
INSS a recolher	1.613	1.282
Salários a pagar	2.260	2.017
Total	**12.414**	**10.843**

17. Passivos contingenciais:	**31/12/2022**
Processos cíveis **(a)**	226
Processos trabalhistas **(b)**	536
Total	**762**

(a) Processos cíveis: Os processos cíveis correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, inclusive morais, por parte de clientes. **(b) Processos trabalhistas:** Referem-se a diversas demandas trabalhistas movidas por ex-colaboradores ou de empresas prestadoras de serviços, envolvendo principalmente horas extras, seus reflexos e respectivos encargos. **17.1. Movimentação dos passivos contingenciais:**

	31/12/2021	**Adições**	**Baixas**	**31/12/2022**
Processos cíveis	–	268	(42)	226
Processos trabalhistas	–	641	(105)	536
Total	**–**	**909**	**(147)**	**762**

Em função da quantidade de processos nos quais a Companhia está envolvida e das particularidades de cada processo não é possível determinar ou estimar o prazo de desembolso deste grupo de passivos contingentes. A Companhia acredita que as estimativas relacionadas a conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: **(i)** instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra empresa, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processos envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e **(ii)** programa de incentivo ao pagamento dos débitos, implementados no Brasil a nível federal e estadual, em condições favoráveis que podem levar ao desembolso inferior ao que se encontra provisionando ou inferior a valor da causa. Além das provisões para contingências registradas, a Companhia encontra-se envolvida em outras demandas judiciais, que os nossos assessores jurídicos julgam como sendo de perda possível, portanto, não requerem registros contábeis. Vide composição a seguir:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Processos cíveis	1.287	1.080
Processos trabalhistas	791	1.688
Processos tributários	2.435	–
Total	**4.513**	**2.768**

18. Patrimônio líquido: 18.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado no valor de R$79.128 (R$79.128 em 31 de dezembro de 2021), é composto por 79.127.784 ações, possuídas por pessoas jurídicas residentes no País, assim distribuídas.

		Quantidade de ações	
Acionistas	**%**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Comporte Participações S/A	99,00%	78.336.506	78.336.506
Viação Piracicabana S/A	1,00%	791.278	791.278
Total	**100,00%**	**79.127.784**	**79.127.784**

18.2. Reserva de incentivos fiscais: Em 31 de dezembro de 2022, o valor de R$7.308 (R$6.915 em 31 de dezembro de 2021) refere-se à subvenção governamental decorrente da Lei do Bem nº 11.196/05. **18.3. Retenção de lucros: Reserva de lucros -** A reserva de lucros foi constituída dentro dos preceitos legais, está representada da seguinte maneira:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Retenção de Lucros	9.126	228
Reserva de incentivos fiscais	(393)	(834)
Dividendos obrigatórios	(8.004)	(8.095)
Dividendos adicionais propostos	(29.397)	(15.405)
Reserva legal	(1.706)	(1.748)
Transferência para retenção de lucros	(19)	–
Resultado do exercício	34.116	34.980
Total	**3.723**	**9.126**

Cálculo dos dividendos obrigatórios	**31/12/2022**
(=) Lucro líquido do exercício	34.116
(-) Reserva legal **(a)**	(1.706)
(-) Receita de subvenção IRPJ/CSLL	(393)
(=) Base do dividendo mínimo obrigatório (lucro ajustado)	**32.017**
% Percentual do dividendo obrigatório	25%
(=) Dividendos obrigatórios	**8.004**
(-) Dividendos distribuídos do exercício	(37.401)
(=) Dividendos adicionais propostos	**(29.397)**

(a) Reserva legal: A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia. Em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 11.638/07 e com o estatuto social da Companhia, do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução, destinar-se-á: • 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado; e • A do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior e ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, destinar-se-ão 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos obrigatórios a todos os seus acionistas.

19. Receita líquida:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Receita	**312.606**	**255.605**
Transporte de passageiros rodoviários	**253.576**	**203.335**
EMTU	253.576	171.617
Reequilíbrio financeiro	–	31.718
Outras receitas (a)	**42.157**	**38.143**
Transporte de veículos leves sobre trilho	**16.873**	**14.127**
Impostos e contribuições	**(6.271)**	**(5.127)**
Contribuição Previdenciária	(6.271)	(5.127)
Outras deduções	**(10.371)**	**(7.413)**
Total (b)	**294.964**	**243.065**

(a) O saldo de outras receitas refere-se à remuneração variável de desempenho da EMTU/SP com intuito de aferir o desempenho da Companhia, permitindo a entidade reguladora monitorar a qualidade do serviço prestado. **(b)** A receita líquida apresentou um aumento 21,76% em relação ao exercício de 2021 devido ao crescimento na quantidade de passageiros transportados. **20. Custos, receitas (despesas) operacionais:** Apresentamos a seguir, as receitas, custos e despesas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

		(Reapresentado)
Custos	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Pessoal	(95.422)	(79.741)
Combustível e lubrificantes	(67.606)	(45.344)
Materiais de manutenção e reparos	(12.384)	(8.556)
Depreciação e amortização	(16.199)	(13.234)
Outros custos operacionais	(12.204)	(12.010)
Prestação de serviços	(3.944)	(4.206)
Pneus e materiais de rodagem	(966)	(745)
Arrendamento mercantil e locação de bens	(364)	(467)
Total custos	**(209.089)**	**(164.303)**
Despesas comerciais		
Pessoal	(1.659)	(1.022)
Despesas com vendas de passagens e agências	(448)	(106)
Arrendamento mercantil e locação de bens	(144)	(112)
Prestação de serviços	–	(1)
Outras despesas comerciais	(81)	(49)
Total despesas comerciais	**(2.332)**	**(1.290)**
Despesas gerais e administrativas		
Prestação de serviços	(27.129)	(17.353)
Pessoal	(6.751)	(5.601)
Outras despesas administrativas	(6.321)	(3.866)
Despesas tributárias	(745)	(782)
Depreciação e amortização	(378)	(446)
Arrendamento mercantil e locação de bens	(15)	(2)
Provisão e reversão de contingências	(762)	225
Total despesas administrativas	**(42.100)**	**(27.825)**
Outras receitas operacionais		
Recuperações eventuais	5.417	4.910
Outras receitas operacionais	259	180
Total outras receitas operacionais	**5.676**	**5.090**

21. Resultado financeiro		**(Reapresentado)**
	31/12/2022	**31/12/2021**
Receitas financeiras	**8.904**	**2.980**
Receitas de aplicações financeiras	997	665
Juros ativos **(a)**	7.004	2.205
Descontos obtidos	–	1
Variações monetárias ativas	278	90
Ajuste a valor presente	625	19
Despesas financeiras	**(22.567)**	**(12.273)**
IOF	(245)	(990)
Juros passivos	(180)	(187)
Tarifas bancárias	(467)	(362)
Comissão sobre captação de recurso	–	(60)
Juros sobre arrendamento de direitos de uso **(b)**	(5.333)	(2.202)
Juros/encargos sobre empréstimos e financiamentos **(b)**	(12.863)	(8.059)
Variações monetárias passivas	(3.064)	(262)
Outras despesas financeiras	(415)	(151)
Total	**(13.663)**	**(9.293)**

(a) O saldo é composto substancialmente de juros incidentes sobre as Debêntures emitidas pela BR Vias Holding VRD com a Companhia. **(b)** O saldo é composto substancialmente pelo aumento do CDI de 4,39% em 2021 para 12,39% em 2022. **22. Imposto de renda e contribuição social: a) Imposto de renda e a contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas aplicadas para a determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	31/12/2022	**31/12/2021**
Diferenças Temporárias:		
Depreciação econômica x fiscal	(6.819)	(8.496)
Provisão de estimativa para crédito de liquidação duvidosa	1	38
Provisão para demandas judiciais e administrativas	258	1
Provisão para obsolescência	41	–
Impacto do arrendamento de direitos de uso	181	6
Totais débitos / créditos fiscais líquidos	**(6.338)**	**(8.451)**
Ativo não circulante	481	45
Passivo não circulante	(6.819)	(8.496)
Total	**(6.338)**	**(8.451)**

b) Análise da alíquota efetiva do Imposto de renda e a contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, calculados pela aplicação da alíquota fiscal, combinada com as despesas debitadas ao resultado, estão assim apresentados**:**

	31/12/2022	**31/12/2021**
Lucro/(Prejuízo) antes do IR e da CSLL	**47.407**	**49.604**
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota fiscal combinada	**(16.118)**	**(16.865)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
Provisões temporária	(311)	(14)
Despesas não dedutíveis ou tributáveis	(104)	(68)
Adições Permanentes	(10.875)	(9.533)
Exclusões Permanentes	11.090	7.296
Ajuste do IRPJ/CSLL (Diferido)	2.121	3.372
Incentivos fiscais - PAT	277	323
Incentivos fiscais - subvenção (Lei do Bem)	393	835
Parcela Isenta do Adicional de 10%	24	24
IRPJ e CSLL apurados	**(13.291)**	**(14.624)**
Corrente	(15.404)	(17.979)
Diferido	2.113	3.355
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	**(13.291)**	**(14.624)**
Alíquota efetiva	**-28,4%**	**-29,5%**

c) Imposto de Renda e Contribuição Social e diferidos:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Tributos correntes	**(15.404)**	**(17.979)**
Contribuição social corrente	(4.263)	(5.076)
Imposto de renda corrente	(11.534)	(13.738)
Receita Subvenção IRPJ	287	610
Receita Subvenção CSLL	106	225
Tributos diferidos	**2.113**	**3.355**
Imposto de renda diferido	1.554	2.467
Contribuição social diferida	559	888
Total	**(13.291)**	**(14.624)**

23. Cobertura de seguros (não auditado): Devido à natureza de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de desembolsos ocasionados, principalmente, por sinistros de trânsito. Para garantir exposição menor a estes riscos a Companhia possui cobertura de seguros conforme necessidades específicas de cada filial, contratos de prestações de serviços ou contratos de concessão, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros em conformidade com o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. As coberturas de seguros são: **Responsabilidade civil para danos causados a terceiros:** São contratados Seguros de Responsabilidade (RC/VLT).

Seguros contratados	**RCF -VLT**	**Vigência**
Danos materiais (incêndio, queda de raio, explosão, implosão e fumaça)	100.000.000,00	23/05/2022 à 23/05/2023

Garantia obrigatória contratual: Os seguros de garantia são contratados pela concessionaria, conforme exigência do poder concedente, em caso de irregularidades na prestação de serviço de transportes de passageiros.

Beneficiário	**Garantia**	**LMI**	**Vigência**
EMTU	Prestação de serviços	51.837.016,70	26/01/2022 à 26/01/2023
CPFL	Compra e venda de energia	129.137,53	30/04/2022 à 30/04/2023

Outros seguros: As demais situações de seguros contratadas pela Companhia são:

Seguros contratados	**Cobertura**	**Vigência**
Veículos de apoio	10.000,00 a 150.000,00	16/01/2022 à 06/03/2023
Fiança locatícia	204.000,00	10 /06/2022 à 10/06/2023
Vida em grupo para colaboradores	3.000,00 a 600.000,00	01/12/2022 à 30/11/2023
Riscos diversos em guichês de venda de passagens	10.000,00 a 2.500.000,00	23/09/2022 à 23/09/2023
Seguro patrimonial (incêndios, roubos, danos materiais)	200.000,00 a 5.000.000,00	21/06/2022 à 21/06/2023

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: O instrumento financeiro utilizado pela Companhia corresponde a caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e a pagar nacionais, arrendamentos financeiros e os empréstimos e financiamentos, contratados em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos, classificados como instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Considerando o prazo e as características destes instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A Companhia adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme descrito a seguir: **a) Política de gestão de riscos financeiros:** A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A Companhia está exposta aos riscos de mercado relacionados às atividades, à flutuação das taxas de juros com o intuito de minimizar os efeitos, a Companhia utiliza instrumentos de acordo com a política de gerenciamento de risco estabelecida, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos adequadamente a cada circunstância e riscos inerentes para suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. **b) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerência permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. **c) Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha. **d) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração. **e) Risco com taxas de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas. **f) Valorização dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: **Caixa e equivalentes de caixa:** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado. **Conta a receber e a pagar:** Registrados com base no valor nominal dos títulos e avaliado pelo conceito de custo amortizado. **Empréstimos, financiamentos e arrendamentos:** Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado, foram utilizadas estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrado com base nos juros contratuais de cada operação, não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

Mensurados pelo custo amortizado	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.881	9.492
Contas a receber	131	180
Ativo não circulante		
Contas a receber	2.121	2.121
Total Ativo	**6.133**	**11.793**
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	52.752	47.462
Arrendamentos financeiros	22.446	5.645
Fornecedores	7.766	9.123
Outras obrigações	49	–
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos	52.189	56.082
Arrendamentos financeiros	31.192	23.420
Total Passivo	**166.394**	**141.732**

g) Gestão de capital: A Companhia busca a otimização de sua estrutura de capital com a finalidade de satisfazer suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura que considera parâmetros adequados para os custos financeiros. O quadro a seguir demonstra a estrutura de capital da Companhia com o financiamento por capital próprio e por capital de terceiros.

		(Reapresentado)
	31/12/2022	**31/12/2021**
Empréstimos e financiamentos (capital terceiros)	(104.941)	(103.544)
Arrendamentos financeiros (capital terceiros)	(53.638)	(29.065)
Caixa e equivalentes de caixa	3.881	9.492
Dívida líquida	**(154.698)**	**(123.117)**
Patrimônio Líquido (capital próprio)	**(100.699)**	**(104.003)**
Total do capital (*)	**(255.397)**	**(227.100)**
Índice de alavancagem financeira (**)	**61%**	**54%**

(*) Total do capital é determinado por meio da somatória da dívida líquida com o patrimônio líquido; e **(**)** Índice de alavancagem financeira é determinado pela divisão da dívida líquida pelo capital total. **25. Eventos subsequentes: a)** A Companhia em 27/12/2022 celebrou a compra à vista de milhas smiles da Gol Linhas Aéreas S.A. (Empresa do Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte) adquirindo o montante de R$ 20.000.000,00 em milhas. Em 04 de janeiro de 2023, o 1o aditivo, Acordo Comercial e Outras Avenças, a fim de incluir a Pagol Sociedade de Crédito Direito S.A., entre as partes relacionadas do contrato, quando da utilização dos créditos de milhas Smiles pela Pagol, será devido para as Controladas o valor unitário por milha utilizada, sendo apurado ao final de cada mês o crédito utilizado, e devendo seu pagamento ocorrer até 31 de dezembro de 2023. **b)** Em decisão unânime por ocasião do julgamento dos recursos extraordinários - RE 955227 (Tema 885) e RE 949297 (Tema 881), em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) fixou a tese de que uma decisão final, mesmo transitada em julgado nas relações tributárias deixará de possuir eficácia caso: **(i)** verse sobre tributos recolhidos de forma continuada; e **(ii)** o próprio STF fixe entendimento posterior em sentido contrário, em sede de repercussão geral. Na prática, caso o contribuinte não recolha determinado tributo por possuir a seu favor decisão definitiva que considere determinado tributo inconstitucional, deverá voltar a recolher tal tributo, respeitada a irretroatividade e anterioridade, após decisão do mesmo STF em sentido contrário. A Administração da Companhia avaliou a decisão e não identificou efeito e possíveis impactos que, consequentemente, deveriam ser registrados e/ou relatados nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

DIRETORIA

Maria Zélia Rodrigues de Souza França	**Paulo Sérgio Coelho**	**Kelly C. Tonin Damasceno**
Diretora	Diretor	Contadora - CRC SP-214086/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
BR Mobilidade Baixada Santista S.A. - SPE
Santos - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da BR Mobilidade Baixada Santista S.A. - SPE (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BR Mobilidade Baixada Santista S.A. - SPE em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (Iasb).* **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Transações com partes relacionadas:** Conforme Nota Explicativa nº 7, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente transações financeiras decorrentes de contratos de mútuo e a utilização compartilhada de estrutura e de profissionais relacionadas à área administrativa. Essas transações foram contratadas em condições definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.2, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram identificados ajustes contábeis de competência de exercícios anteriores. Desta forma, os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (aprovada pela NBC TG 23, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, equivalente à norma IAS 8 emitida pelo Iasb) e CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras (aprovada pela NBC TG 26, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, equivalente à norma IAS 1 emitida pelo Iasb), conforme requerido pelas práticas financeiras adotadas no Brasil. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa no 2.2, efetuados para alterar as informações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Concluímos que tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as citadas informações tomadas em conjunto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outro auditor independente, cujo relatório, datado de 16 de março de 2022, foi emitido sem considerar os ajustes de reapresentação discutidos na seção "Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021". **Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre e eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1
Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton

DocuSigned by:
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 19/04/2023 20:48:25 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*